

Desenvolvimento de Práticas Sociais e Ambientais: análise sob concepções teóricas do capital social.

Development of Social and Environmental Practices: analysis under theoretical conceptions of social capital

**Eduardo Netto Zanette¹
Sílvio Parodi Oliveira Camilo²**

RESUMO: A responsabilidade social corporativa e a gestão ambiental das organizações se revelam importantes instrumentos gerenciais para prestarem contribuições à sociedade, atenuando, assim, os impactos decorrentes de suas atividades. Nessas complexas relações econômicas, o capital social constituído por práticas mitigadoras desses impactos pode gerar benefícios mútuos por meio do estabelecimento de redes, efeitos de reciprocidade, cooperação, normas protetivas e confiança. Nesse contexto, este trabalho procura compreender as origens e como vem se desenvolvendo as práticas socioambientais e seus efeitos nas concepções do capital social. Sob o aspecto metodológico, esta investigação emprega a revisão bibliográfica como base para o desenvolvimento deste ensaio. E se caracteriza por ser um estudo reflexivo e propositivo para futuros estudos empíricos que visem explorar resultados práticos e sólidos das ações ambientais e sociais das organizações. Como sugestões, para fins de estudos futuros, sob a visão do capital social, pode-se explorar a construção de redes de relacionamento interpessoais, avaliando a reciprocidade entre as empresas e as comunidades impactadas.

Palavras-chave: Responsabilidade Ambiental; Responsabilidade Social; Ações Socioambientais; Redes Sociais.

ABSTRACT: Corporate social responsibility and environmental management of organizations are important management tools to make contributions to society, thus mitigating the impacts arising from their activities. In these complex economic relationships, social capital consisting of practices that mitigate these impacts can generate mutual benefits through networking, reciprocity, cooperation, protective norms, and trust. In this context, this paper seeks to understand the origins and how social and environmental practices have been developing and their effects on the conceptions of social capital. From the methodological point of view, this research uses the bibliographic review as the basis for the development of this essay. It is characterized by being a reflective and propositive study for future empirical studies that aim to explore practical and solid results of environmental and social actions of organizations. As suggestions, for future studies, under the view of social capital, one can explore the construction of interpersonal networks, assessing the reciprocity between the companies and the impacted communities.

Keywords: Environmental Responsibility; Social responsibility; Socio-environmental actions; Social networks.

1 INTRODUÇÃO

Diretivas no âmbito das organizações coletivas, representativas de anseios mundiais, têm revelado problemas de afetação ambientais e sociais. Resta clara a participação negativa do ser humano, por meio de organizações empresariais, ações coletivas e individuais, ocasionando desequilíbrio ecológico e de vida do planeta. Por

¹ Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico pela Universidade do Extremo Sul Catarinense-UNESC. Graduado em Direito pela UNESC. E-mail: eduardo.zanette@riodeserto.com.br

² Pós-Doutorado em Ciências Contábeis pela UFSC. Doutor em Administração pela UNIVALI. Mestre em Administração com ênfase em Negócios pela PUCRS. Graduado em Administração de Empresas, Ciências Contábeis, Ciência Jurídicas e Sociais, e Ciências Econômicas. Prof. de Pós-graduação da UNESC. E-mail: parodi@unesc.net

outro lado, como resposta no sentido de mitigar tais práticas nocivas, vê-se reações das organizações institucionais desenvolvendo políticas, programas e práticas socialmente e ambientalmente responsáveis. Essas iniciativas, como respostas as demandas ambientais e sociais, têm sido identificadas em estudos empíricos e estão compreendidas em pressupostos conceituais de responsabilidade socioambiental e de responsabilidade social corporativa (RSC) (SILVA; REIS; AMÂNCIO, 2011).

Percebe-se que há várias motivações identificadas como determinantes dessas iniciativas. Por exemplo, a legitimação perante a sociedade, a manutenção de reputação no mercado de empresas social e ecologicamente corretas ou, até mesmo, de acordo com visão Porter e Kramer (2006), entendendo que as práticas se incorporam como estratégias para consolidar fins econômicos. De acordo com Tachizawa (2017, p.27), as organizações da contemporaneidade buscam soluções para crises relacionadas aos novos tempos que se caracterizam por “uma rígida postura dos clientes, voltada à expectativa de interagir com organizações que sejam éticas, com boa imagem institucional no mercado, e que atuem de forma ecologicamente responsável”. Essas preocupações emergem na sociedade contemporânea, nos diversos setores econômicos, sociais e políticos.

Já para Tinoco (2010) e Barbieri (2012) o objetivo das organizações é produzir impactos positivos sobre o meio ambiente, seja reduzindo ou eliminando os impactos causados pelas ações do homem sobre o ambiente. Nesse sentido, a responsabilidade ambiental é um conjunto de atitudes individuais, coletivas ou empresariais que visam o desenvolvimento sustentável do meio ambiente.

A expansão da consciência coletiva em relação ao meio ambiente, a complexidade das demandas sociais que a comunidade repassa às organizações, induzem a um novo posicionamento por parte de empresários e executivos, frente a tais questões (TACHIZAWA; POZO, 2009). Caracteriza-se, portanto, a responsabilidade socioambiental vinculada a ações que promovem a preservação do ambiente com foco na sustentabilidade e desenvolvimento com qualidade de vida. A complexidade do tema apresenta-se desafiadora e, a sua superação implica no alinhamento de iniciativas, integração e socialização de políticas e práticas, aliado ao posicionamento estratégico das organizações que buscam, continuamente, a eficiência econômica em face das incertezas do mercado globalizado.

Neste contexto, há necessárias interações com a comunidade afetada por ações nos âmbitos ambientais e sociais. Na visão de Bourdieu (1998), o capital social das

instituições e comunidades é entendido como o conjunto de recursos reais ou potenciais, vinculados a uma rede de relações de interconhecimento e reconhecimento, passíveis de serem percebidas pelos pares, indicam ganhos de eficiência coletiva e coesão dos grupos. Contribui na promoção do desenvolvimento econômico, no fortalecimento da solidariedade comunitária, pelas expectativas de reciprocidade e aplicação das normas sociais. Como afirma Putnam (1995), a partir dos estudos realizados, as diferenças entre desempenho institucional e desenvolvimento das regiões analisadas estavam relacionadas com uma maior presença de capital social.

A tríade – redes, normas e confiança – são aos traços da vida social que constituem o capital social, definido por Putnam (1995). São recursos integrantes das relações sociais e facilitadores da promoção de ações em busca de objetivos comuns aos sujeitos envolvidos. Observados na reciprocidade, confiança, normas, relações de associação e cooperação, entre as comunidades, associações, cooperativas, clubes, setores empresarias, entre outros, que promovem ações baseadas no altruísmo em curto prazo e objetivos em longo prazo, possibilitando a obtenção de proveitos econômicos, políticos e sociais. Entretanto, historicamente, diferentes manifestações de capital social possibilitaram a reflexão de que “não podemos supor que esse capital tem que ser algo bom sempre e em toda parte” (PUTNAM, 2003, p.15).

Do argumento fundamentado nas consequências do social sobre a economia, dos efeitos secundários que derivam da interação das redes sociais e não de ações individuais dos sujeitos na busca de interesse próprio, ainda não há consenso sobre a forma como os diferentes mecanismos sociais produzem efeitos agregados sobre a economia, política e sociedade. Da mesma forma, é relevante compreender como a responsabilidade socioambiental, caracterizada em valor pessoal e coletivo, que reflete nas ações de uma empresa ou comunidade, no âmbito das ações sociais e ambientais, pode promover o capital social.

Na atualidade, muitas organizações de médio e grande porte realizam e mantêm projetos sociais e ambientais. Silva, Reis e Amâncio (2011, p.154) destacam alguns elementos impulsionadores das estratégias empresariais no âmbito da responsabilidade socioambiental: a evolução da legislação ambiental que normatiza as atividades empresariais no uso de recursos naturais e serviços ambientais; a maior cobrança dos indivíduos na redução e compensação dos impactos causados pelas empresas na sua atividade econômica; a busca de minimização dos riscos investidores.

Nessas ações, emerge o que Putnam (1993) define como capital social, na representação dos traços da vida social - redes, normas e confiança. Em pesquisa desenvolvida, o autor verificou que a reciprocidade generalizada gera vultoso capital social. Assim, as ações integradas, as redes de confiança estabelecidas, as normas acordadas e o foco em objetivos comuns ampliam a cooperação e a reciprocidade que podem melhorar a eficiência da sociedade.

Nesse contexto, motivado pela forma integradora entre campos temáticos próximos, porém, ainda pouco explorado, este trabalho procura compreender as origens e como vem se desenvolvendo as práticas socioambientais e seus efeitos nas concepções do capital social. Mostra-se relevante investigar a importância da gestão ambiental e social e suas implicações no ambiente afetado.

Sob o aspecto metodológico, esta investigação emprega a revisão bibliográfica como base para o desenvolvimento deste ensaio. E se caracteriza por ser um estudo reflexivo e propositivo para futuros estudos empíricos que visem explorar resultados práticos e sólidos das ações ambientais e sociais das organizações.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Desenvolvimento Socioambiental

O desenvolvimento socioambiental caracterizado por ações ou efeitos relacionados ao processo de crescimento, de evolução relacionados às condicionantes sociais e ambientais - uma sociedade economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente sustentável - situa-se no princípio do desenvolvimento sustentável. Constante no art. 170 da CF de 1988, o desenvolvimento sustentável tem como elementos norteadores o crescimento econômico, a preservação ambiental e a equidade social.

Art. 170. A ordem econômica fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa tem por fim assegurar a todos a existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: [...] VI – defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação (BRASIL, 1988).

Araujo (2003) cita a relação direta de desenvolvimento a partir das diferentes formas de capital, citadas em quatro formas pelo Banco Mundial, a partir da década de 90, na avaliação de projetos de desenvolvimento: capital natural - representa os recursos naturais de um local; capital financeiro – constituído da infraestrutura, bens de capital, capital financeiro e imobiliário; capital humano – estabelecido pelos níveis de educação,

saúde, educação e nutrição; e capital social - que expressa a capacidade de uma sociedade em estabelecer laços de confiança interpessoal e redes de cooperação com o objetivo de produzir bens coletivos.

Para Sen (2005), uma concepção adequada do desenvolvimento deve ir além da acumulação de riquezas, do crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB) e de outras variáveis relacionadas à renda. São indicadores relevantes que não podem ser considerados, mas deve-se enxergar muito além do crescimento econômico. Cita a relevância da expansão das liberdades, permitindo a transformação dos sujeitos em seres sociais mais completos, potencializados pela interação com o mundo, influenciando e sendo influenciados por este universo.

Assim, o modelo de desenvolvimento socioambiental apoiado na sustentabilidade deve integrar a economia, sociedade e meio ambiente, de forma a obter-se crescimento econômico, com inclusão social e proteção socioambiental. A exploração dos diversos recursos naturais, os investimentos, as pesquisas, o desenvolvimento tecnológico e as demais relações devem ser focadas no atendimento das necessidades humanas das atuais e futuras gerações. Leff (2006, p.68) enfatiza que “a produção e a economia devem ser redimensionadas dentro de uma nova racionalidade”, em um novo paradigma baseado na produtividade ecológica e cultural, com enfoque numa produtividade sistêmica que integre o domínio da natureza e o universo de sujeitos culturais dentro das perspectivas abertas pela complexidade ambiental.

Na análise do desenvolvimento sustentável relacionado aos conceitos socioambientais, Moraes (2012) enfatiza que a origem da teoria, defendida como possibilidade de superação do paradigma moderno, representa a constatação da falência do modelo de desenvolvimento da sociedade ocidental, considerada como a principal causadora da crise ambiental. O desenvolvimento sustentável no campo teórico parece, segundo Mamed (2012, p.117), estar sendo construído de forma gradativa, “tornando-se mais completo à medida que a experiência prática desvela novos elementos e particularidades da sociedade e da natureza, a fim de incluí-las no debate e na construção dos conceitos baseados no paradigma do desenvolvimento sustentável”.

Assim, o desenvolvimento social e ambiental se relaciona diretamente com a responsabilidade socioambiental dos indivíduos, das organizações e dos governos. A responsabilidade social é vista não apenas como um conceito, mas também como um valor pessoal e coletivo, que reflete nas ações de uma empresa, tanto de seus dirigentes como de seus funcionários, como afirma Ponchirolli (2014). O cenário econômico

contemporâneo apresenta novos e desafiadores cenários para as organizações. As empresas precisam se preocupar em buscar o lucro e trazerem resposta aos seus acionistas, mas ao mesmo tempo há uma preocupação crescente com os impactos sociais e ambientais, que são consequências de suas ações.

Conforme Tachizawa e Andrade (2008), o comportamento dos consumidores atualmente tem criado a necessidade de novas relações com as organizações no mundo inteiro, delineando contornos de uma nova ordem econômica. Esse novo contexto é caracterizado por uma rígida clientela, a qual se preocupa em interagir com empresas que sejam éticas, que tenham boa imagem institucional no mercado e que atuem socioambientalmente de forma responsável.

A expansão da consciência coletiva, com relação ao meio ambiente e a complexidade das demandas sociais que a comunidade repassa às organizações, induzem um novo posicionamento por parte de empresários e executivos frente a tais questões. Segundo Tachizawa e Pozo (2009), a população não está mais preocupada só com o produto final, mas também com todo o processo de fabricação, desde o cumprimento da legislação, respeito ao meio ambiente e preocupação com a sociedade em que a empresa está inserida. Atualmente, cada vez mais as empresas precisam se preocupar com os riscos socioambientais, fazendo o possível para minimizá-los.

Os resultados econômicos passam a depender cada vez mais de decisões empresariais que levem em conta que: a) não ha conflito entre lucratividade e a questão socioambiental; b) o movimento de sustentabilidade cresce em escala mundial; c) clientes e comunidade em geral passam a valorizar cada vez mais a adoção das práticas socioambientais por parte das organizações; d) o faturamento das empresas sofre pressões do comportamento de consumidores que enfatizam, cada vez mais, suas preferências por produtos e organizações ambientalmente corretas. (TACHIZAWA; ANDRADE, 2008, p. 1).

As transformações e a influência ecológica nos negócios são observáveis de forma crescente e com efeitos econômicos cada vez mais profundos. Para Tachizawa (2011, p.6), “as organizações que tomarem decisões estratégicas integradas à questão ambiental e ecológica conseguirão significativas vantagens competitivas, quando não, redução de custos e incremento nos lucros a médio e longos prazos”. Neste contexto, na contemporaneidade, a gestão ambiental e a responsabilidade social, são “importantes instrumentos gerenciais para capacitação e criação de condições de competitividade para as organizações, qualquer que seja seu segmento econômico” (TACHIZAWA, 2011, p.6).

Para Leff (2010), a manifestação da crise ambiental é identificada como crise do conhecimento, na dissociação entre os sujeitos, a natureza e o processo de racionalização da modernidade que é direcionado pelos determinantes da racionalidade

econômica e instrumental. A natureza é afetada pelas relações sociais de produção e “estes processos biológicos são superdeterminados pelos processos históricos em que o homem e a natureza se inserem” (LEFF, 2010, p.51).

Historicamente, o primeiro debate da comunidade internacional acerca do meio ambiente e as necessidades para um desenvolvimento equilibrado ocorreu em junho de 1972, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (CNUMAH), ocorrida em Estocolmo, Suécia, que produziu a Declaração sobre Ambiente Humano ou Declaração de Estocolmo. O debate foi retomado no início da década de 1980 pela Organização das Nações Unidas (ONU), com a constituição da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) em 1983. Objetivou promover audiências em todo o mundo e produzir um resultado formal das discussões, associada à CNUMAH. Desta iniciativa, surgiu o relatório nomeado de Nosso Futuro Comum, também conhecido como Relatório de *Brundland*, publicado no ano de 1987, no qual se teceu o conceito de desenvolvimento sustentável (PNUMA et al., 2004).

No âmbito da legislação brasileira, o primeiro conceito legal de meio ambiente está disposto na Lei nº 6.938/81 que rege a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), em seu art. 3º, inciso I, que o define, como: “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” (BRASIL, 1981). Em 1988, é promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil ou Constituição Federal (CF), atual Carta Magna (BRASIL, 1988). Nesta, ganhou-se novas medidas protetivas ao meio ambiente, passando este a ser um bem tutelado no âmbito do Direito Ambiental.

Segundo Silva (2007), a CF de 1988, nomeada por doutrinadores como “Constituição Verde”, foi a primeira a tratar efetivamente da questão ambiental com mecanismos para sua proteção e controle. A nova Carta Magna (BRASIL, 1988) constituiu-se de títulos e capítulos com vários artigos dissertando a respeito da preservação ambiental.

No âmbito dos movimentos mundiais, em 1992 o Brasil sedia a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), que ocorreu no Rio de Janeiro. Contou com a participação de 178 países. Foram aprovados diversos documentos importantes para o desenvolvimento sustentável como, por exemplo, a Declaração do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Convenção sobre Mudanças Climáticas, a Convenção da Biodiversidade e a Agenda 21. O Relatório de *Brundland* também foi divulgado para o mundo na CNUMAD do Rio-92 (PNUMA et

al., 2004). Neste sentido, conforme Barbieri (1997), a chamada Agenda 21 caracterizou-se como um plano de ação inicial, orientador aos países para se alcançar os objetivos do desenvolvimento sustentável.

Moura e Bezerra (2016, p.97) enfatizam que “é necessário manter a legislação ambiental referente a autorizações, licenças e estudos de impacto ambiental como uma rede de proteção”. E citam a importância da transição para o direito do desenvolvimento sustentável que requer um esforço adicional para se inserir este princípio, “que considera a equidade e o uso racional dos recursos naturais” no âmbito do direito do desenvolvimento, como no direito de propriedade, nos contratos civis, entre outros.

Segundo Tachizawa (2011), a gestão ambiental e a responsabilidade social são importantes instrumentos gerenciais para a criação de competitividade entre as empresas. O investimento em gestão ambiental e responsabilidade social é a resposta natural das empresas ao novo cliente, o consumidor verde e ecologicamente correto. Grandes empresas ajudam seus fornecedores a melhorar suas práticas de gestão e marketing ecológico, pois os consideram como parte de sua cadeia produtiva (TACHIZAWA, ANDRADE, 2008). Essa pressão externa que sofrem as empresas para uma melhor qualidade de mercado é representada pelos certificados legais, como por exemplo: ISO 14000³ e ISO 14001, que tratam do Sistema de Gestão Ambiental (SGA).

A sociedade, de modo geral, e alguns setores dela, de modo particular, tem ampliado o questionamento ao setor de mineração sobre seu legado que, segundo Dias, Mancin e Pioli (2013), se constituem em: impactos ambientais e sociais, passivos históricos, flutuação de mercados e externalidades do cenário macroeconômico, logística, custos operacionais, questões de direitos humanos, crônica escassez de mão de obra, gerenciamento de riscos e impactos em cadeia de valor, critérios de compensação e investimento social. Estes são alguns indicadores de interesse para atores sociais como clientes, acionistas, investidores, autoridades de governo, força de trabalho, comunidade, organizações da sociedade civil e sindicatos.

Neste norte, os fatores sociais e ambientais têm a capacidade de interferir na implantação dos planos de negócios das empresas de mineração que operam no Brasil. Assim, de forma gradativa, internalizam em seus processos decisórios os indicadores que, até então, não faziam parte deles. As empresas do setor têm ampliado a adoção de práticas

³ISO 14000 – certificado obtido a partir do cumprimento de um conjunto de normas que determinam as diretrizes de gestão ambiental das empresas. São identificadas por Sistema de Gestão Ambiental (SGA), definido pela ISO (*International Organization for Standardization*).

de gestão com articulação de diferentes aspectos ambientais, econômicos e sociais, tendo em vista o escrutínio de partes interessadas, evolução do quadro regulatório e implantação de compromissos corporativos (DIAS, MANCIN, PIOLI, 2013).

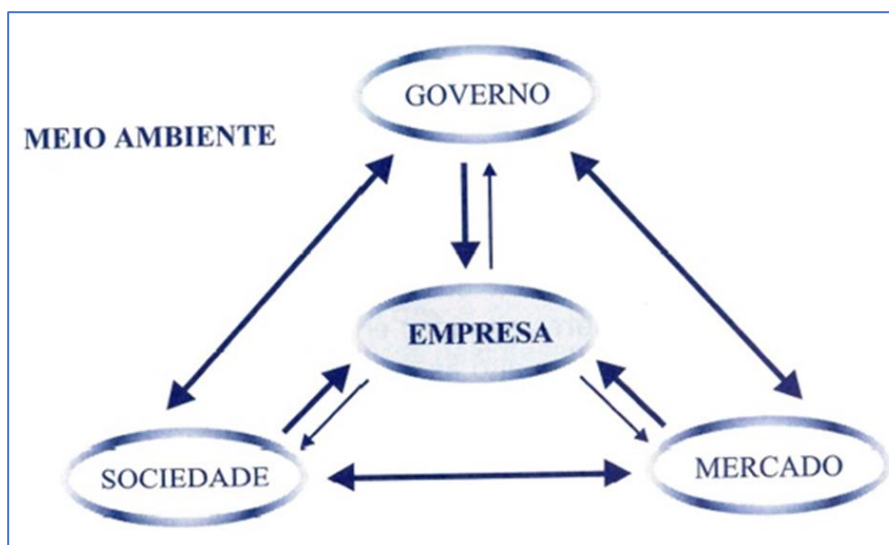
Para Schwartz e Carroll (2007, p.149) vários quadros complementares parecem estar em competição pela preeminência no campo dos negócios e da sociedade. Citam a prevalência dos cinco quadros: (a) responsabilidade social corporativa; (b) ética nos negócios; (c) gerenciamento de partes interessadas; (d) sustentabilidade (e) e cidadania corporativa. Entretanto, afirmam que “dificuldades permanecem em entender o que cada construto realmente significa, ou deveria significar, e como cada um pode se relacionar com os outros”. Embora haja questionamentos sobre esses conceitos terem adequada legitimidade teórica ou prática, consideram que esta situação parece ter mudado consideravelmente na atualidade.

2.2 Gestão Ambiental nas Empresas

O termo gestão ambiental é bastante abrangente. Ele é frequentemente usado para designar ações ambientais em determinados espaços geográficos, como por exemplo: gestão ambiental de bacias hidrográficas, gestão ambiental de parques e reservas florestais, gestão de áreas de proteção ambiental, gestão para outros processos e outras tantas modalidades que podem ser incluídas (GATTO, 2003).

Segundo Barbieri (2006, p. 99), “as preocupações ambientais dos empresários são influenciadas por três grandes conjuntos de forças que se interagem reciprocamente: o governo, a sociedade e o mercado” (Figura 1). Sem as pressões sociais e medidas governamentais não se observaria o crescente envolvimento das empresas no contexto ambiental. Estas são influenciadoras das legislações ambientais que, em geral, resultam da percepção dos segmentos da sociedade sobre os problemas ambientais e, com isso, pressionam os agentes estatais para vê-los solucionados. Além disso, o aumento da consciência da população em geral e, principalmente, dos consumidores que procuram cada vez mais utilizar produtos e serviços ambientalmente saudáveis caracteriza-se como outra fonte de pressão sobre as empresas.

Figura 1 – Gestão Ambiental Empresarial - Influências



Fonte: Barbieri (2006, p.99)

Sobre isso, Parizotto (1995) também afirma que a defesa do meio ambiente deixou de ser assunto exclusivo de ecologistas e cientistas e passou a ter relevância nas estratégias empresariais. As constantes pressões dos organismos internacionais, dos meios de comunicação, das Organizações Não Governamentais (ONGs) e da própria sociedade fizeram com que as empresas se vissem compelidas a implantar novas estratégias de negócios. Estas objetivam não somente atender as exigências da legislação, mas também as novas regras do mercado internacional, melhorando assim a imagem da empresa frente aos consumidores e, ao mesmo tempo, ampliando as oportunidades de negócios e os lucros.

Para Gatto (2003), a postura reativa adotada pelas empresas para o tratamento das questões ambientais vem sendo substituída progressivamente por ações voluntárias e preventivas, caracterizando uma atitude proativa. Assim, segundo Tachizawa (2011), a gestão ambiental é a resposta natural das empresas ao novo consumidor verde e ecologicamente correto.

A responsabilidade social e ambiental pode ser resumida no conceito de “efetividade”, como o alcance de objetivos do desenvolvimento econômico-social. Portanto, uma organização é efetiva quando mantém uma postura socialmente responsável. A efetividade está relacionada à satisfação da sociedade, ao atendimento de seus requisitos sociais, econômicos e culturais (TACHIZAWA, 2011, p.55).

Neste enfoque, as organizações empresariais necessitam partilhar do entendimento de que deve existir um objetivo comum, e não um conflito, entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental, tanto para o momento presente como

para as gerações futuras. Compreende-se que as variáveis econômicas e o grau de desenvolvimento local não estão diretamente relacionados, ou seja, o crescimento econômico não produz necessariamente desenvolvimento. É um elemento essencial ao desenvolvimento, entretanto, não é suficiente. Segundo Araujo (2003), fatores sociais, culturais e políticos que não se regulam exclusivamente pelo sistema de mercado promovem o desenvolvimento.

Na contemporaneidade, um dos maiores desafios é fazer com que as forças de mercado projetem e melhorem a qualidade do ambiente, com padrões baseados no desempenho e no uso criterioso de instrumentos econômicos pautado em leis e regulamentação. Neste contexto, prevalece uma nova postura do consumidor, “voltada à expectativa de interagir com organizações que sejam éticas, com boa imagem institucional no mercado, e que atuem de forma ecologicamente responsável” (TACHIZAWA, 2011, p.53). Assim, as estratégias adotadas pelas empresas no âmbito da responsabilidade ambiental e social caracterizam-se implicitamente na busca da manutenção e ampliação de sua reputação no mercado de empresas social e ecologicamente corretas.

A responsabilidade ambiental no âmbito da gestão se constitui num sistema de natureza organizacional com diretrizes, atividades administrativas e operacionais, com o objetivo de obter efeitos positivos sobre o meio ambiente, evitando, reduzindo ou eliminando os impactos causados pelas ações do homem sobre o ambiente de vida. Visam, assim, a promoção de um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Portanto, a responsabilidade ambiental é um conjunto de atitudes individuais, coletivas ou empresariais, que visam o desenvolvimento sustentável do meio ambiente (BARBIERI, 2007; TINOCO, 2010).

Tais ações produzem reflexos no meio ambiente, afetando os indivíduos e suas comunidades. Esta rede de relações que as práticas organizacionais estabelecem constituem redes sociais de interação, como demonstrando por Burt (2001) e Lin (2001). capital social é um recurso no qual os indivíduos ou organizações conseguem ter acesso em função de suas redes de relações sociais. O capital social constituído por se compreendido sob diversos ângulos.

2.3 Capital Social

2.31 Estrutura Conceitual

O conceito de capital social, segundo Ferraz, Gobb e Lima (2011), incorpora significados em variadas orientações teóricas e metodológicas. É utilizado por sociólogos, antropólogos, economistas, cientistas políticos e teóricos do desenvolvimento macroeconômico e social. Na contemporaneidade, a temática vem ganhando espaços em várias áreas. Brito (2006, p.36) cita que “[...] o conceito acabou sendo incorporado ao discurso de organizações internacionais que atuam na promoção do desenvolvimento, como o Banco Mundial, a Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento (OCDE) ou o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).”

Os estudos ampliaram-se a partir do final do século XX por meio de Pierre Bourdieu (1998), James Samuel Coleman (1988; 1990), Robert Putnam (1995; 2003) e Francis Fukuyama (1996; 2000). Os principais resultados dos estudos indicam ganhos de eficiência coletiva e coesão dos grupos, inferindo no melhor desempenho das comunidades e das instituições, contribuindo na promoção do desenvolvimento econômico (SANTOS; 2003).

Ferrarezi (2003) também afirma que a expressão capital social ganha projeção na década de 90 com os trabalhos de Coleman (1990) e Putnam (1995). Nestes trabalhos, destacam a existência, em determinado espaço territorial, de características sociais associadas a fins produtivos, como: a confiança generalizada no outro; a atuação em associações; a capacidade de coordenar redes sociais complexas; entre outros. Enfatiza que a noção de capital social popularizou o argumento da dimensão social como fator central para a explicação do desenvolvimento econômico. Este se fundamentava “nas consequências do social sobre a economia, isto é, os efeitos secundários derivados da interação das redes sociais e não de ações de indivíduos em busca de interesse próprio” (FERRAREZI, 2003, p.7).

O marco teórico de capital social está em construção e a relação macro e micro não se encontra resolvida em termos conceituais. A inexistência de consenso nesse campo denota o acúmulo ainda insuficiente de conhecimento sobre a forma como os diferentes mecanismos sociais produzem efeitos agregados sobre a economia, política e sociedade. São vários os desafios teóricos, pois, sendo a sociedade um sistema complexo e o capital social parte dele, somente um paradigma multidisciplinar poderá aportar avanços no atual estágio de explicação, o que poderá ser muito útil, tanto aos pesquisadores quanto aos *policy-makers*. (FERRAREZI, 2003, p.7)

Na análise histórica da constituição do conceito, verifica-se que os primeiros estudos relacionados ao capital social ocorreram nos Estados Unidos entre 1835 e 1840

por Alexis de Tocqueville, a partir do estudo comparativo entre as regiões com alto e baixo desempenho de capital social. Para Tocqueville (2005, p.23), “O império moral da maioria fundamenta-se na ideia que há mais luzes e sabedoria em muitos homens reunidos do que num só e no número do que na escolha feita pelos legisladores”. Assim, conclui no seu estudo que as empresas inseridas em regiões com alto capital social apresentam maior desempenho.

Embora os primeiros estudos tenham se iniciado com Tocqueville, a definição de capital social é mais recente. Em um ensaio de 1916, em que buscava realçar a importância das relações sociais para a democracia e o desenvolvimento, Lyda Judson Hanifan usou a expressão “capital social” ao se referir a cooperações sociais para o desenvolvimento, segundo Putnam (2003).

Esos elementos tangibles [que] cuentan sumamente en la vida diaria de las personas, a saber, la buena voluntad, la camaradería, la comprensión y el trato social entre individuos y familias, características constitutivas de la unidad social [...] Si [un individuo] entre en contacto con sus vecinos, y éstos con nuevos vecinos, se producirá una acumulación de capital social que podrá satisfacer de inmediato para mejorar de forma sustancial las condiciones de vida de toda la comunidad. (HANIFAN, 1916 apud PUTNAM, 2003, p.10).

Segundo Putnam (2003), Hanifan referia-se à importância dos centros comunitários para o desenvolvimento das escolas rurais de seu Estado e demonstrava preocupação com deterioração do capital social na Virgínia Ocidental nas últimas décadas do século XIX. O conceito de capital social surge novamente em 1961 a partir dos estudos de Jane Jacobs sobre o fenômeno urbano, destacando o valor coletivo dos vínculos informais de vizinhança para evitar violência nas metrópoles, publicado na obra “The Death and Life of Great American Cities”. Nesta, o conceito é utilizado para demonstrar como as sólidas redes sociais urbanas geravam um estoque de capital social que aumentava o sentimento de segurança nos bairros, enfatizando a importância das redes informais de sociabilidade nas grandes metrópoles (ARAUJO, 2003).

Historicamente, a terminologia “capital social” foi inventada e reinventada inúmeras vezes durante o século XX, segundo Putnam (2005). Sendo muito utilizada por pesquisadores como Piérre Bourdieu em 1983, no que se refere à teoria social e, por Coleman em 1988, na esfera da educação.

Entretanto, Robert Putnam (2005), em sua obra “Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna”, publicada originalmente em 1993, promoveu a notoriedade do conceito de capital social. Ao relatar um estudo de mais de vi anos sobre a sociedade italiana, cujo objetivo era compreender as diferenças de desenvolvimento

entre o norte e o sul da Itália, observou que o norte da Itália era mais desenvolvido. Concluiu que as diferenças entre desempenho institucional e desenvolvimento das regiões analisadas estavam relacionadas com uma maior presença de capital social.

As conclusões de Robert Putnam impactaram fortemente na comunidade científica e foram corroboradas por outros estudos: (Fukuyama (1996; 2000); Grootaert (1998); Nahapiet e Ghoshal (1998); Onyx e Bullen (2000); Milani (2004); Araujo (2003); Bandeira (2003); Monastério (2003). Atualmente, a teoria do capital social vem conquistando cada vez mais adeptos dentro da academia, onde pesquisadores de diversos países procuram formas de medi-las em comunidades e organizações, traçando um paralelo com o desempenho econômico e social.

As concepções de capital social emergem no contexto de um bem individual e público. Para Silva (2006), tomando por base o conceito de capital social de Bourdieu (1986), um conjunto de relações e redes sociais que um indivíduo possui e todos os recursos que pode reunir utilizando tais relacionamentos constituem o seu capital social. Assim, o capital social acumulado por um determinado indivíduo possibilitará obter uma posição de vantagem em determinado grupo, relacionando este processo às questões de poder. Entretanto, para Macke (2006), o capital social é um bem público pertencente a um grupo, comunidade ou sociedade, encontrado nas relações entre pessoas ou grupos.

Fukuyama (1996) também afirma que o capital social representa um conjunto de normas informais que promovem a cooperação entre dois ou mais indivíduos. Da existência e o compartilhamento dessas normas emerge a confiança e as redes entre indivíduos. Estas normas podem variar. Desde a simples reciprocidade entre dois amigos até às doutrinas complexas como o Cristianismo ou o Confucionismo, por exemplo. Entretanto, ao abordar o capital social com âmbito no desenvolvimento de países, Fukuyama (2000) define-o como um conjunto de valores ou normas informais, comuns aos membros de um determinado grupo que permite a cooperação entre os mesmos. Nestas normas estão inclusas a reciprocidade, honestidade e responsabilidade no cumprimento de obrigações.

Para Christoforou (2011), o capital social se efetiva em normas e redes de reciprocidade, confiança e cooperação que facilitam a ação coordenada para benefício mútuo. Afirma que estudos teóricos e empíricos documentaram a contribuição positiva do capital social no bem-estar social e no desenvolvimento das sociedades. Os estudos de Onyx e Bullen (2000) também se baseiam na análise de capital social em termos de

participação em redes, reciprocidade, confiança, normas sociais, bens comuns e agência social.

Assim, segundo Fukuyama (1996; 2000) e Christoforou (2011), o capital social pode influenciar desde os aspectos relacionados ao bem-estar dos indivíduos à sustentabilidade de uma sociedade. Para Onyx e Bullen (2000), esta influência relaciona-se também às comunidades na conversão da colaboração em força produtiva. Sobre isso, Portes (1998) afirma que a finalidade do capital social é fortalecer a solidariedade comunitária por meio de expectativas de reciprocidade e aplicação das normas sociais.

O capital social é um recurso estratégico das organizações, podendo influenciar o desempenho, as vantagens competitivas e a sustentabilidade de uma organização individual ou mesmo uma rede de organizações, segundo Wu (2008). Milani (2004) atribui ao capital social a relevância de indicador ativo para o desenvolvimento local, que se estabelece a partir das relações de cooperação e reciprocidade entre os sujeitos, interesses e projetos comuns da natureza social, política e cultural. Segundo Wu (2008), o compartilhamento de informações desempenha um papel mediador nas relações entre a melhoria da competitividade das empresas relacionada ao capital social.

Entretanto, historicamente, diferentes manifestações de capital social possibilitaram a reflexão de que “não podemos supor que esse capital tem que ser algo bom sempre e em toda parte” (PUTNAM, 2003, p.15). Assim, o capital social pode ter externalidades negativas onde as normas e as redes também podem reproduzir ou aumentar as desigualdades políticas e econômicas, como afirma Ferrarezi (2003). Além disso, Jordana (2000) destaca a inconsistência em concluir que altos níveis de solidariedade causam elevados resultados econômicos. Outras variáveis podem inferir nas análises, como as formas nas quais as instituições regulam o acesso ao crédito e aos mercados, ou nas formas de participação política, funcionando como variável intermediária entre capital social e rendimentos.

Dos principais trabalhos a respeito do capital social citados por Santos (2003), analisam-se brevemente três definições: o capital social no mercado de trocas simbólicas de Pierre Bourdieu, o capital social como gerador de capital humano de James Coleman e o capital social como comunitarismo cívico de Robert Putnam. Estudos posteriores categorizam o capital social em dimensões. A partir deste cenário, analisam-se as três dimensões de capital social citadas por Nahapiet e Ghoshal (1998).

2.3.2 O Capital Social no Mercado de Trocas Simbólicas

O sociólogo francês Pierre Bourdieu apresenta as primeiras ideias sobre capital social em suas pesquisas realizadas no final dos anos 60 e início dos anos 70. Entretanto, somente utilizou o termo capital social no final dos anos 80, referindo-se às oportunidades e vantagens que se possuía ao pertencer a determinadas comunidades.

Bourdieu (2003) descreve os diversos tipos de capital, dentre eles, o capital econômico que, segundo o autor, está na raiz de todos os outros tipos de capital. Estabelece em seus trabalhos o que ele chama de “capital simbólico” e o “capital cultural” - o conceito mais usado pelo autor, que seria utilizado para explicar como o grupo dominante utiliza seu julgamento cultural, possibilitando legitimar seus domínios perante o mais fraco. Conceitua capital social como:

O conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos). (BOURDIEU, 2003, p.67).

Santos (2003) afirma que a concepção de capital para Bourdieu vai além da esfera econômica. O sociólogo francês utiliza em seus trabalhos outras formas de trocas, as chamadas formas “imateriais” ou “não econômicas” de capital. Constituem, por exemplo, o capital cultural e social, respectivamente.

O volume do capital social que um agente individual possui depende então da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume do capital (econômico, cultural ou simbólico) que é posse exclusiva de cada um daqueles a quem está ligado (BOURDIEU, 2003, p.67).

No mesmo norte de Bourdieu (2003), Burt (1992, 2001) e Lin (2001) afirmam que o capital social constitui um ativo de natureza individual, refletindo como os indivíduos têm acesso e usam recursos embutidos em redes sociais para obter ou preservar ganhos. Segundo o entendimento de Burt (2001) e Lin (2001), capital social é um recurso no qual os indivíduos ou organizações conseguem ter acesso em função de suas redes de relações sociais. Nesta seara, os indivíduos ou organizações que possuem posições favoráveis na rede possuem também melhores recursos. Portanto, a capacidade de entender as múltiplas formas de capital é primordial para a compreensão do complexo funcionamento do mundo social, como cita Bourdieu (2003).

2.3.3 O Capital Social Gerador do Capital Humano

O termo capital social sobre o contexto social da Educação foi utilizado por James Coleman, em suas discussões, o qual derivava do seu interesse demonstrar que o capital social poderia ser um recurso muito importante para todos, inclusive os indivíduos que não faziam parte da elite. Segundo Albagli e Maciel (2002), no período de 1980 a 1982, Coleman concentrou seus estudos em analisar a estrutura social de escolas públicas e escolas católicas de uma determinada região, a fim de compreender a relação entre o alcance da educação e a desigualdade social. Coleman procurou compreender a relação entre alcance educacional e a desigualdade social, relacionando a maior presença de capital social com o menor aparecimento da evasão escolar.

O conceito de capital social de James Coleman foi construído no contexto educacional como “o conjunto de recursos intrínsecos nas relações familiares e na organização social comunitária e que são úteis para o desenvolvimento cognitivo ou social de uma criança ou de um jovem” (ALBAGLI; MACIEL, 2002, p.6).

Conforme Sampaio (2016), James Coleman parte do princípio da naturalidade e das relações de confiança entre os indivíduos na formação do capital social desvinculado das relações econômicas. A confiabilidade gera uma relação de expectativas e comprometimento na retribuição de ações geradas entre seus membros.

A sociedade, segundo Coleman (1988, p.98), é constituída por um grupo de indivíduos que agem independentes dos outros para alcançarem seus objetivos. Assim, o funcionamento desse sistema social dependeria da combinação destas ações dos indivíduos independentes. Neste norte, as chamadas estruturas sociais deveriam ser vistas como recursos, como um capital que os indivíduos independentes podem dispor. “[...] não é uma entidade singular, mas uma variedade de diferentes entidades, com dois elementos em comum: todos consistem em algum aspecto de uma estrutura social e facilitam certas ações dos indivíduos que estão no âmbito da estrutura”.

Portes (2000) também destaca a contribuição de James Coleman ao analisar o referido conceito de modo mais completo, relacionando-o ao conjunto de recursos inerentes às relações familiares e à organização social de comunidades, já que esses fatores contribuiriam para o desenvolvimento cognitivo e social do indivíduo. Assim sendo, o desenvolvimento pode ter origens não intencionais e circunstanciais, aportado por capital social constituído, sem os quais determinados objetivos econômicos e sociais não seriam alcançados, ainda que mobilizando formas tradicionais de capital. Consideram que sua principal contribuição para o debate sobre capital social está relacionada ao

tratamento direto e abrangente do conceito, chamando a atenção de pesquisadores para a questão.

2.3.4 O Capital Social e a Comunidade Cívica

Um dos autores mais citados sobre o tema do capital social é Robert Putnam, segundo Baron et al., (2000). Ele popularizou o conceito e pode reivindicar a responsabilidade por sua incorporação no discurso político dominante.

O Capital Social é definido por Putnam (2005) como sendo traços da vida social, na tríade - redes, normas e confiança. Estas têm como objetivo facilitar a cooperação e ação na busca de objetivos comuns. Na análise do conceito apresentado por Putnam, as redes que define como engajamento cívico e as normas estão associadas. Segundo o sociólogo, essas redes tem um papel instrumental para o capital social e, portanto, consequências econômicas de grande impacto para a comunidade.

Neste enfoque, o Capital Social pode ser definido como recursos pertencentes a relações sociais: reciprocidade, confiança, normas e relações de associação e cooperação. Esses recursos permitem a obtenção de proveitos econômicos, políticos e sociais. Enquanto estudou o caso da Itália moderna, esculpiu o conceito de Capital Social como redes de confiança que podem melhorar a eficiência da sociedade ao facilitar ações coordenadas.

Putnam (2005) realizou entre os anos de 1970 e 1989 um estudo aprofundado sobre a mudança institucional ocorrida na Itália, na implantação de governos regionais. Acompanhou, durante o período, o desenvolvimento dessas novas instituições. Observou em seus estudos que os governos do Norte da Itália foram superiores aos do Sul, mesmo sendo implantados da mesma forma.

Nos estudos, Putnam (2005) procurou identificar o motivo dessa diferença de desempenho, onde o autor identificou que o modelo de comunidade que existia na região Norte da Itália era diferente da existente na região Sul. Enquanto no Norte havia uma quantidade muito maior de organizações civis horizontais como, por exemplo, associações religiosas, sindicatos, cooperativas, clubes, as quais são baseadas no altruísmo de curto prazo e interesse próprio de longo prazo, no Sul não havia praticamente este tipo de organizações que chamou de “comunidade cívica”.

Assim, alguns aspectos do capital social foram contextualizados por Putnam (2005, p. 191-193) a partir dos estudos na Itália, que são:

1. O Contexto Social e a história condicionam profundamente o desempenho das instituições;

2. Mudando-se as instituições formais pode-se mudar a prática política;
3. Quanto mais cívico for o contexto melhor será o governo; por esse motivo, diante de uma sociedade civil vigorosa o governo democrático se fortalece em vez de enfraquecer;
4. A reciprocidade generalizada, isto é, fazer sem obrigação, gera vultoso capital social;
5. Para a estabilidade política, para a boa governança e mesmo para o desenvolvimento econômico, o capital social pode ser mais importante até do que o capital físico e humano;
6. Criar capital social não será fácil, mas é fundamental para fazer a democracia funcionar.

Entretanto, Albagli e Macial (2002) definem Capital Social como sendo um investimento em relações sociais com retornos esperados. Ou seja, o capital social é proposto para gerar resultados, além de ser uma relação aleatória de redes e confianças.

Dentre as concepções de Capital Social, este projeto pretende se apoiar na linha de entendimento de Putnam (2005). Isso porque, nesta concepção de comunitarismo cívico, a reciprocidade, a confiança, as normas e as relações de associação e cooperação - recursos estabelecidos nas relações sociais - são potencializadores de proveitos econômicos, políticos e sociais.

Portanto, é a concepção de capital social que poderá contribuir na análise dos fatores determinantes das práticas socioambientais dos gestores de empresas, relacionadas às ações voluntárias e obrigatórias, caracterizadas nas dimensões socioambientais relacionadas ao capital social.

2.3.5 As Dimensões do Capital Social

Bourdieu, Coleman e Putnam, enfatizam que o capital social gera desenvolvimento e vantagem competitiva por ser fator agregador de valores, normas, reciprocidade e confiança, tanto nos sujeitos quanto nos grupos e nas redes formadas entre esses grupos, que os habilitam a agirem juntos mais efetivamente. A compreensão da geração do capital social as formas como este se constitui no desenvolvimento da qualidade dos ambientes de vida tem sido foco de estudos nas diferentes áreas de atuação do ser humano. Pela complexidade de verificação dos resultados de suas aplicações, são estabelecidas dimensões de análise que visam

mensurar a efetiva atuação do capital social junto às comunidades, organizações e os diferentes grupos envolvidos.

Assim, além das teorias apresentadas por Bourdieu, Coleman e Putnam expostas até agora, Nahapiet e Goshal (1998), em seu trabalho sobre o construto, entendem que o capital social se constitui basicamente de três dimensões analíticas: dimensão estrutural, dimensão relacional e dimensão cognitiva. Consideram a constituição do capital social a partir das estruturas presentes em um determinado ambiente (estrutural), dos relacionamentos entre os indivíduos (relacional) e nos interesses comuns entre eles (cognitiva).

Embora apresentem essa proposta de categorização, Nahapiet e Goshal (1998) afirmam que essas dimensões não são passíveis de análise fracionada, uma vez que se apresentam altamente relacionadas. As três dimensões encontram-se assim muito relacionadas, o que não inviabiliza ou mesmo invalida a classificação, pois sua complementaridade e interdependência facilitam a compreensão do construto. Ou seja, foram criadas apenas para facilitar o entendimento da constituição desse recurso estratégico e a análise dos benefícios para as organizações.

Para Su et al. (2005), a dimensão estrutural e a dimensão cognitiva do capital social têm impacto na dimensão relacional; a dimensão estrutural e a dimensão cognitiva influenciam diretamente na apropriação de conhecimento. Além disso, a dimensão relacional também tem um efeito indireto sobre a aquisição de conhecimento.

A dimensão estrutural situa-se nas estruturas presentes em um determinado ambiente. Refere-se ao padrão de conexão entre os sujeitos e inclui as conexões e configurações de rede que descrevem o padrão de ligações em termos de mensuração, tais como densidade, conectividade, hierarquia e adequação organizacional. Portanto, está diretamente associada à estruturação da rede, na identificação das conexões e, principalmente, na intencionalidade das mesmas. O principal benefício da configuração da rede de colaboração está na combinação de informações e a troca de conhecimentos, pois a configuração da rede é que determina os principais canais de informação (NAHAPIET; GHOSHAL, 1998).

Para Vallejos et al. (2008), as reuniões nas redes têm um papel fundamental pois promovem a troca de experiências, o compartilhamento de informações e a integração dos envolvidos. Assim, essencialmente, a relevância das redes de relacionamento na dimensão estrutural está na troca de conhecimentos ou na discussão de problemas. Evidenciam assim dois benefícios principais: o acesso à

informação relevante em curto espaço de tempo e a agilidade na tomada de decisão individual ou empresarial.

Vincula-se dimensão estrutural, além das combinações de informações e troca de conhecimentos, às relações em rede citadas por Putnam (2003, p.182), que "frequentemente se revestem de um significado social, com fortes expectativas de confiabilidade e abstenção de oportunismo". E implicam na reciprocidade generalizada, tornando-se essencial para a manutenção dos estoques de capital social. Lundvall (1992) enfatiza que, nas relações que se desenvolvem entre os sujeitos, historicamente, ao longo dos processos, as normas e regras vão sendo estabelecidas, estimulando a reciprocidade e constituindo, portanto, outro indicador do aumento do capital social. Estas se tornam referenciais em termos organizacionais e contribuem na gestão.

Para Nahapiet e Goshal (1998), a contribuição para o capital social estrutural está nas conexões e configurações em rede e na adequação da organização. Para Vallejos et al. (2008), estas estariam nos laços entre os sujeitos, na estabilidade, na densidade das configurações e na conectividade em rede.

A dimensão relacional, segundo Nahapiet e Goshal (1998), se refere aos ativos que são criados e potencializados por meio do relacionamento. Incluem atributos como identificação, confiança, normas, sanções, obrigações e expectativas. Contempla, portanto, os relacionamentos desenvolvidos por meio de um histórico de interações, também citado como as normas, as obrigações, as expectativas e a identificação social do grupo que interferem nesta dimensão. Para Putnam (2003) e Fukuyama (1996), todos esses fatores são constituídos a partir das raízes históricas dos indivíduos e da constituição das comunidades onde estão inseridos. Além disso, segundo Putnam (2003), os cidadãos virtuosos são prestativos, respeitosos e confiantes uns nos outros, mesmo quando divergem em relação a assuntos importantes.

Entretanto, ao abordarem a dimensão relacional, Nahapiet e Goshal (1998) tiram o foco da configuração da rede de relacionamentos e o depositam sobre o conteúdo e as características deles. Essa dimensão recai sobre o tipo de relações que atores ou unidades sociais desenvolvem, referindo-se a cada relação individual de um ator com outros atores da rede e considerando, além do conteúdo transacionado entre os atores, os papéis que eles podem assumir, tais como amigos, informantes, confidentes, professores e técnicos.

Portanto, para Nahapiet e Ghoshal (1998), o capital social relacional é observado na confiança, normas, obrigações e expectativas, e identificação social. Para Vallejos et al. (2008), estão associados a confiança, normas de reciprocidade, participação, obrigações e tolerância a diversidade.

Reafirmando os posicionamentos de Coleman e Putnam, Nahapiet e Ghoshal (1998) afirmam que a confiança é um elemento precursor para dinamizar as relações, tornando-se um aspecto relevante de observação ao se avaliar a dimensão relacional do Capital Social. Para as autoras, atores que desenvolvem um alto grau de confiança e confiabilidade estão mais propícios a se apropriarem de conhecimentos, informações e outras formas de recursos disponíveis nas suas relações, porque uma atmosfera de confiança contribui para a troca de conhecimentos entre parceiros, por levá-los a sentir que não precisam proteger a si próprios do comportamento oportunista dos outros.

Wegner e Maehler (2012) complementam afirmando que a confiança influencia a disposição dos membros da rede de compartilhar conhecimentos; assim, membros de uma rede de relacionamento que confiam uns nos outros tendem a compartilhar informações que não estão disponíveis para outros fora do círculo de confiança.

A dimensão cognitiva do capital social, que é expressa pelos interesses comuns dos indivíduos, é originária dos valores, das visões compartilhadas e da cultura. Para Nahapiet e Ghoshal (1998), a contribuição para o capital social cognitivo surge com a geração do contexto, códigos e linguagem compartilhados pela comunidade em suas narrativas. Refere-se, portanto, às visões compartilhadas, interpretações e sistemas de significações, como a linguagem, códigos e narrativas.

A cultura, os valores, os códigos, as linguagens e narrativas compartilhadas também são citados por Vallejos et al. (2008) como provedores do capital social cognitivo. Esta dimensão está associada ao compartilhamento de objetivos, de experiências, de um conjunto de valores comuns, significados e visão que facilitam as ações. Estas podem beneficiar a organização por inteiro e encorajar o desenvolvimento de relacionamentos confiáveis, de implementação de novas práticas, facilitando a geração de novos conhecimentos.

O modelo teórico das dimensões para a análise do capital social foi desenvolvido por Nahapiet e Ghoshal (1998) para facilitar o entendimento da constituição desse recurso estratégico. Entretanto, as autoras enfatizam a dificuldade

de promover a análise fracionada das dimensões. Mesmo ciente de tal preceito, a abordagem do Capital Social adotada neste estudo embasa-se nas dimensões analíticas propostas por Nahapiet e Ghoshal (1998): a dimensão cognitiva, a dimensão estrutural e a dimensão relacional.

3 CONCLUSÕES

O presente estudo buscou revisar pesquisas que trataram acerca das origens e como vem se desenvolvendo as práticas socioambientais, bem como concepções do capital social. Com base nos constructos teóricos que embasaram a presente pesquisa, utilizou-se desenvolvimento socioambiental, a gestão ambiental e estruturas teóricas Capital Social, percebe-se que este movimento institucionalizado no sentido de garantir condições de sobrevivência e harmonia de interesses econômicos e da sociedade afetada é uma tônica mundial.

Evidências do Desenvolvimento Socioambiental emergiram nas percepções dos gestores das empresas e nos agentes das impactadas sobre a melhoria da qualidade do ambiente de vida nas empresas e nas comunidades. As ações citadas pelos gestores caracterizam a responsabilidade da empresa com a comunidade e o meio ambiente, que além das obrigações legais, econômicas e estas, promovem o Desenvolvimento Socioambiental. Entretanto, observa-se que as ações sociais e ambientais contribuem para a busca de soluções de problemáticas socioambientais, mas que ainda são bastante pontuais e isoladas, necessitando de reflexões mais aprofundadas para mudanças efetivas.

Por exemplo, para fins de estudos futuros, sob a ótica do capital social, pode-se explorar a construção de redes de relacionamento interpessoais, avaliando a reciprocidade entre as empresas e as comunidades impactadas. O resultado dessas ações pode ser objeto de estudo, bem como a motivação das ações sociais e ambientais, os reflexos na melhoria qualidade de vida dos envolvidos. Ampliar evidências de programas, políticas e práticas sociais e ambientais pode instigar a participação de organizações contribuindo de forma efetiva e desenvolver novas demandas sociais, desenvolver o espírito democrático e instigar a promoção de políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, S.; MACIEL, M.L. **Capital social e empreendedorismo local**. UFRJ : Rio de Janeiro. Set. 2002.

ARAUJO, M. C. S. D. **Capital Social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 66p. [Coleção Passo a Passo, v. 25].

BANDEIRA, P. S. Algumas hipóteses sobre as causas das diferenças regionais quanto ao capital social no Rio Grande do Sul. In: CORREA, S. M. S (org.). **Capital Social e Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. p. 15-59.

BARBIERI, José Carlos. Organizações Inovadoras Sustentáveis. In: BARBIERI, José Carlos; SIMANTOB, Maysés Alberto (orgs). **Organizações Inovadoras Sustentáveis: Uma Reflexão sobre o Futuro das Organizações**. São Paulo: Atlas, 2007. P.85-106

BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. 3ª.ed. rev.e ampl. São Paulo: Saraiva, 2012. 382 p.

_____. **Gestão Ambiental Empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. São Paulo: Saraiva, 2006.

_____. **Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da agenda 21**. Petrópolis: Vozes, 1997.

BARON, S.; FIELD, J.; SCHULLER, T. (Ed.). **Social capital: critical perspectives**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

BOURDIEU, P. The forms of capital. In: RICHARDSON, J. (Ed.) **Handbook of theory and research for the sociology of education**. Nova York: Greenwood press, 1986.

_____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 4 a ed. Trad. Mariza Corrêa. Campinas-SP: Papirus. 2003.

_____. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Ed.Perspectiva S. A., 1998.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso: 01 Nov 2017.

_____. **Lei 6.938/81 de 31 de agosto de 1981**. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm> Acesso: 12 Nov 2017.

BRITO, A. M. **A manifestação do capital social e da competência técnica em arranjo produtivo local (apl)**. (Mestrado). Programa de Pós- graduação em Tecnologia. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2006. Disponível em:<http://files.dirppg.ct.utfpr.edu.br/ppgte/dissertacoes/2006/ppgte_dissertacao_209_2006.pdf>. Acesso em: 28 Mar 2018.

BURT, S. R. Structural Holes versus Network Closure as Social Capital. In: LIN, N.; COOK, K.; BURT, S. R. (ed.) **Social Capital: Theory and Research**. Capítulo II. New York: Aldine de Gruyter, 2001. p. 31-46. Disponível em: <https://bit.ly/2wVsUsk>. Acesso em: 10 Jun 2018.

COLEMAN, J. S. **Foundations of Social Theory**. Cambridge: Harvard University Press. 1990.

_____. Social Capital in the Creation of Human Capital. **The American Journal of Sociology**, Vol. 94, Supplement: Organizations and Institutions: Sociological and Economic Approaches to the Analysis of Social Structure. p. S95-S120, 1988.

CHRISTOFOROU, A. Social capital across European countries: individual and aggregate determinants of group membership. **American Journal of Economics and Sociology**, v. 70, n. 3, p. 699-728, July, 2011. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1536-7150.2011.00793.x>>. Acesso em: 10 Jan 2019

DIAS, C. F. S. MANCIN, R. C. PIOLI, M. S. M. B. Gestão para a sustentabilidade na mineração: 20 anos de história / Instituto Brasileiro de Mineração. 1.ed. - Brasília: IBRAM, 2013.

FERRAREZI, E. **Capital social: conceitos e contribuições às políticas públicas**. RSP: Revista do Serviço Público, Ano 54, N.4, Out-Dez 2003, p.4-20

FERRAZ, S. F. S.; GOBB, R. L.; LIMA, T. C. B. Teoria do Capital Social: um estudo no cluster moveleiro de Marco (CE). **Contextus - Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, v. 9, n. 2, p. 79-95, 2011.

FUKUYAMA, F. **A grande ruptura: a natureza humana e a reconstituição da ordem social**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

_____. **Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

GATTO, L. P. **Programa de Gestão Ambiental para o Processo de Mineração no Município de São Domingos do Sul-RS**. (Dissertação). PPGEP da Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria: UFSM, 2003. Disponível em: <<http://repositorio.ufsm.br/handle/1/8176>>. Acesso em: 22 Jan 2018.

GROOTAERT, C. Social capital, household welfare, and poverty in Indonesia. *World*, 1998.

JORDANA, J. **Una nota sobre instituciones y capital social: situando causas e efectos**. Washington DC, Junio (mimeo). 2000.

_____. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LIN, N. Building a theory of social capital. In: LIN, N.; COOK, K.; BURT, S. R. (ed.) **Social Capital: Theory and Research**. Capítulo I. New York: Aldine de Gruyter, 2001. p.3-30. Disponível em: <https://bit.ly/2NYIry2> . Acesso em: 10 Jun 2018.

LUNDEVALL, B. Introduction. In: LUNDEVALL, Bengt.-Å. (Ed.). **National systems of innovation: towards a theory of innovation and interactive learning**. Londres: Pinter, 1992.

MACKE, J. **Programas de Responsabilidade Social Corporativa e Capital Social: contribuições para o desenvolvimento local?** 2006. Tese (Doutorado em Administração) Programa de Pós-Graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MAMED, D. O. **O Princípio do Protetor-Recebedor na Proteção de Águas e Florestas: Uma Discussão em Torno dos Sistemas de Pagamento por Serviços Ambientais**. Dissertação (Mestrado). 2012. Universidade do Estado do Amazonas. Escola Superior de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental. Manaus, 2012.

MILANI, C. **Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local**: lições a partir da experiência de Pintadas. Bahia : UFBA. 2004. Disponível em [www.adm.ufba.br/capital social](http://www.adm.ufba.br/capital-social). Acesso em: 08 Jun 2018.

MONASTÉRIO, L. M. Medindo o capital social: uma análise das regiões do Rio Grande do Sul. In: CORREA, S. M. S (org.). **Capital Social e Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. p. 61-84.

MORAES, K. G. O Princípio do Desenvolvimento Sustentável na Política Nacional de Resíduos Sólidos. In: SILVEIRA, Clóvis Eduardo Malinverni (Org.). **Princípios do Direito Ambiental**: atualidades. [recurso eletrônico], Caxias do Sul, RS: EDUCS- Editora da Universidade de Caxias do Sul, 2012.

MOURA, A. S.; BEZERRA, M.C. Governança e Sustentabilidade das Políticas Públicas no Brasil In: MOURA, A.M.M (org). **Governança ambiental no Brasil**: instituições, atores e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2016. 352 p.; p.91-110.

NAHAPIET, J.; GHOSHAL, S. Social capital, intellectual capital and the organizational advantage. **Academy of Management Review**, v.23, n 2, p. 242-266, 1998. Disponível em: <<https://bit.ly/2wNQIUz>>. Acesso em: 01 Jul 2018.

ONYX, J.; BULLEN, P. Measuring Social Capital in five communities. **The Journal Of Applied Behavioral Science** 36(1):23-42 · March 2000. University of Technology Sydney. Disponível em:<https://www.researchgate.net/publication/246794501_Measuring_Social_Capital_in_Five_Communities>. Acesso em: 12 Out 2018.

PARIZOTTO, J. A. **Gerenciamento Ambiental nas Empresas de Mineração**. Dissertação (mestrado). 1995. UNICAMP/Instituto De Geociências. Campinas – SP: UNICAMP. 1995. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/286953/1/Parizotto_JoseAntonio_M.pdf> Acesso em: 02 Mar 2018.

PNUMA (Programa das Nações Unidas para Meio Ambiente); IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis); UMA (Universidade Livre da Mata Atlântica). **Perspectivas do Meio Ambiente Mundial GEO-3**: Passado, presente e futuro. 2004. Disponível em:<http://www.wwiama.org.br/geo_mundial_arquivos/index.htm>. Acesso em: 15 Mar 2018.

PONCHIROLLI, O. **Ética e responsabilidade social empresarial**. 6ª ed. Curitiba: Juruá Editora, 2014.

PORTER, M. E.; KRAMER, M. R. The Link Between Competitive Advantage and Corporate Social Responsibility, *Harvard Business Review*, p. 78-92, 2006.

PORTES, A. **Social capital**: its origins and applications in modern Sociology. *Annual Review of Sociology*. v. 24, 1998.

PORTES, A.; LANDOLT, P. **Social capital**: promise and pitfalls of its role in development. *Journal of Latin American Studies*, v. 32, 2000.

PUTNAM, R. **Comunidade e Democracia**: a Experiência da Itália Moderna. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

_____. **El declive del capital social**: un estudio internacional sobre las sociedades y el sentido comunitario. Barcelona: Nueva Galaxia Gutenberg, 2003.

- SAMPAIO, G.cC. **Capital Social e Ações Conjuntas**: Um estudo de Caso no Arranjo Produtivo Local de Vinhos de Altitude Catarinense. Dissertação de Mestrado. UTFPR. 2016.
- SANTOS, F. S. **Capital Social**: Vários conceitos, um só problema. 2003. (Dissertação de Mestrado). Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas. São Paulo. 2003.
- SCHWARTZ, M. S.; CARROLL, A.B. Integrating and unifying competing and complementary frameworks: The search for a common core in the business and society field. **Business & Society**, 2007. p.148-186.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia das Letras. 2005.
- SILVA, J. A. **Direito Ambiental Constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2007.
- SILVA, S. S.; REIS, R. P.; AMÂNCIO, R. Paradigmas ambientais nos relatos de sustentabilidade de organizações do setor de energia elétrica. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 12, n. 3, art. 180, São Paulo, SP. Maio/Jun. p.146-176, 2011.
- SU, K.; LEE, Y.; TSAI, Y. The paradigm of knowledge acquisition and social capital in engineering education: empirical research from Taiwanese universities. **World Transactions on Engineering and Technology Education**, v. 4, n.1, p. 93-98, 2005.
- TACHIZAWA, T. **Gestão socioambiental e Responsabilidade Social Corporativa**: estratégias de negócios focados na realidade brasileira. 7.ed. São Paulo : Atlas, 2011.
- TACHIZAWA, T.; POZO, H. Gestão Socioambiental e Desenvolvimento Sustentável: um indicador para avaliar a sustentabilidade empresarial. **REDE - Revista Eletrônica do PRODEMA**, Fortaleza, v. 1, n. 1, mar. 2009. Disponível em: <<http://www.revistarede.ufc.br/rede/article/view/3>>. Acesso em: 01 out. 2017.
- TACHIZAWA, T.; ANDRADE, R.O.B. **Gestão socioambiental**: estratégias na nova era da sustentabilidade. Rio de Janeiro : Elsevier, 2008.
- TINOCO, J. E. B . **Balanco social e o relatório de sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2010.
- TOCQUEVILLE, A. **A democracia na América**: leis e costumes de certas leis e certos costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social democrático. 2 ed. São Paulo : Martins Fontes. 2005.
- VALLEJOS, R. V.; MACKE, J.; OLEA, P. M.; TOSS, E. Collaborative networks and social capital: a theoretical and practical convergence. In: IFIP TC 5 WG 5.5 Ninth Working Conference on Virtual Enterprises. Poznan, Poland (Org.). **Pervasive Collaborative Networks**, Boston, v. 283, p. 43-52, Springer, 2008.
- WEGNER, D.; MAEHLER, A. E. Desempenho de empresas participantes de rede interorganizacionais: analisando a influência do capital social e da capacidade absorbtiva. **Revista Gestão & Planejamento**, v. 13, n. 2, p. 191-211, 2012.
- WU, W-P. Dimensions of Social Capital and Firm Competitiveness Improvement: The Mediating Role of Information Sharing. **Journal of Management Studies**, Vol. 45, Issue 1, pp. 122-146, January 2008.